

PRONOMES PESSOAIS: PARTICIPANTE E DETERMINAÇÃO COMO COMPONENTES DE REFERÊNCIA

Fernanda de Oliveira Cerqueira¹

RESUMO

O trabalho em questão visa apresentar reflexões léxico-semânticas acerca dos pronomes pessoais no Português Brasileiro (PB), como um caminho para compreensão da categoria gramatical *pessoa*. Assim, mediante à observação do comportamento desses pronomes nessa língua, observou-se que suas leituras léxico-semânticas costumam expressar os seguintes traços semânticos: [*Definite*] e [*Specific*]. Partindo de uma Teoria- ϕ (HARBOUR, ADGER; BÉJAR, 2008), é proposto que a categoria *pessoa* é composta por traços mais atômicos, que incluem os traços de definitude e especificidade (CARVALHO, 2008, 2018; CERQUEIRA, 2015a, 2015b; 2017; CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b). Essa composição reflete as diferentes leituras dos pronomes em PB, dentre as quais leituras arbitrária e determinada, em caso de primeira e de segunda, e demonstrativa, determinada, indefinida, indeterminada, em caso de terceira pessoa, como consequência, dos traços [*Distal*] e [*Deictic*], incorporados à composição de tais pronomes (CERQUEIRA, 2019a, 2019b).

Palavras-chave: Referência pronominal; Traços- ϕ ; Categoria pessoa; Participante; Determinação

1 INTRODUÇÃO

Há muitos anos, a natureza dos pronomes é investigada na Linguística Moderna, autores como Boas (1911), Bloomfield (1938), Forchheimer (1953), Benveniste (1966), Câmara Júnior (1970), Monteiro (1994), dentre outros, identificaram que existe significativa diferença entre os pronomes de primeira e segunda pessoa e o de terceira pessoa, haja vista que os primeiros são participantes do discurso e o último não é. Todavia, é preciso frisar que desde a tradição filosófica ocidental europeia, há interesse nas pessoas do discurso e em suas relações de referência, como por exemplo, em Crátilo, de Platão, em que "as palavras existem para estabelecer relações entre os indivíduos, e destes com o mundo dos objetos", e na Retórica, I, 1358b, de Aristóteles, na qual este filósofo afirma que todo discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou "pessoas": o ser que fala (primeira pessoa), o ser com quem se fala (segunda pessoa) e o ser de que se

¹ Doutora em Língua e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia, f.cerqueira@ugba.br / f.cerqueira@hotmail.com.

fala (terceira pessoa), como pode-se identificar no dado em (1)², a primeira pessoa é sempre o falante, a segunda pessoa é sempre o ouvinte, alternando-se no curso da enunciação, enquanto a terceira pessoa é sempre o tema em discussão.

- (1) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?
João: - **Você** que vai me dizer, **eu** estou livre.
Paulo: - Tudo bem, **eu** vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.
João: - Certo, falarei com **ela**. Só assim para **ela** largar o computador.
Paulo: Pois é, **ela** não larga **ele** por nada (risos).

No entanto, ainda que todas as produções supracitadas demonstrem que a terceira pessoa possui comportamento diferente do comportamento da primeira e da segunda pessoa por ser sempre o tema, algo ou alguém externo ao discurso e, por isso, não participante da enunciação, ainda assim o pronome pessoal de terceira pessoa é categoricamente tratado como membro da categoria pessoal, tal qual os de primeira e os de segunda pessoa, integrando o paradigma dos pronomes pessoais das línguas descritas mais conhecidas (BHAT, 2013). Logo, é esperado que haja aspectos em comum entre o pronome pleno de terceira pessoa e os de primeira pessoa e os de segunda pessoa, considerando que mesmo que a terceira pessoa não seja estabelecida no turno de fala, este pronome continua sendo um pronome pessoal por alguma razão ainda imprecisa.

Para Boas (1911), as três pessoas pronominais são baseadas em dois conceitos, a saber, um conceito acerca de si mesmo (primeira pessoa) e um conceito acerca do outro, de modo que o segundo se subdivide conforme as necessidades do falante, dentro do conceito de destinatário (segunda pessoa) e de tema (terceira pessoa). Bloomfield (1938) também chama atenção para a questão dos pronomes pessoais, mas, opta por chamar a primeira e a segunda pessoa de pronomes pessoais, enquanto trata a terceira pessoa como definida, dada a sua condição de “pessoa não marcada”. Sob essa ótica, Forchheimer sugere que

[a] primeira e a segunda pessoa são pessoais, eu gostaria de adicionar ‘subjativas’. A terceira pessoa, como Bloomfield situa não é pessoal, mas definida, ou como Wundt diz não é totalmente pessoal. Ela é impessoal, objetiva [...] entre a primeira e a segunda pessoa, há uma mudança constante, [pois] os participantes são alternadamente falante e ouvinte (FORCHHEIMER, 1953, p. 5, tradução nossa).

² Os dados utilizados neste trabalho são de introspecção, uma vez que o falante nativo de uma língua natural qualquer é competente em sua Língua-I, sistema da mente/cérebro do falante nativo que lhe permite conhecer sua língua materna (CHOMSKY, 1986). Portanto, os dados são todos do Português Brasileiro.

O ponto destacado por Forchheimer (1953) diz respeito à relação entre pronomes pessoais e pronomes demonstrativos. Para o autor, essa relação costuma se estabelecer a partir da oposição existente entre ambos, mas não deveria, haja vista que línguas que não possuem uma forma expressa para terceira pessoa, como dialetos do Indo-Europeu e do Mongol, adotam uma forma demonstrativa para realizar essa função. Tendo isso em conta, Forchheimer (1953) lança a seguinte questão: os pronomes pessoais derivaram dos demonstrativos ou os demonstrativos são derivados dos pronomes pessoais (cf. FORCHHEIMER, 1953, p. 8). Para estudos históricos, como os de Ali (1966), de Coutinho (1976) e de Giusti (1998), o mais provável é que, diacronicamente, os demonstrativos tenham sido a origem dos pronomes de terceira pessoa e, por conseguinte, a aproximação entre esses pronomes é o que parece distanciar a terceira pessoa das demais, não impedindo, contudo, que haja elementos comuns a estes dois tipos pronominais.

Na mesma direção que a Forchheimer (1953), para Benveniste (1966), também há um caráter universal nos pronomes, pois

[a] universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, [...]. Uns pertencem a sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos “as instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor (BENVENISTE, 1976 [1966], p. 277).

De acordo com o autor, a tipologia de pronomes pessoais seria insuficiente para distingui-los das demais classes pronominais, como também para caracterizá-los como elementos referenciais da mesma natureza. A razão para tal constatação reside no fato de que enquanto os pronomes de primeira e segunda pessoa são marcados pelo discurso, considerando quem assume o turno de fala, à terceira pessoa seria reservada uma marcação conduzida por sua distribuição, visto que esse pronome pessoal, assim como os demonstrativos, não pode se referir às pessoas do discurso.

Com base em Dixon (1977, 1988), Showalter e Otnes (1986) e Parker (1986), Bhat (2004) afirma que as diferenças entre pronomes de primeira pessoa e de segunda pessoa e os de terceira pessoa estão relacionadas a seus estatutos categoriais. O autor afirma que nesses trabalhos o pronome de terceira pessoa, cuja função também é demonstrativa, deve ser incluído no conjunto dos chamados pronomes substantivos, pois não teriam a mesma natureza dos pronomes de primeira e segunda pessoa. Diante disso, Bhat propõe uma divisão dos pronomes pessoais, em que

[...] o uso dos termos ‘pronome pessoal’ e ‘proforma’ apresenta distinções com o antigo termo incluindo pronomes de primeira e segunda pessoa e o último termo incluindo os outros tipos de pronome. A posição do pronome de terceira pessoa a respeito disso, no entanto, precisa ser examinada separadamente, como eles parecem pertencer ao sistema de pronomes pessoais em algumas línguas e ao demonstrativo em outras (BHAT, 2004, p. 5-6, tradução nossa).

Assim, o autor propõe que pronome seja um rótulo sob o qual estariam incluídas categorias as quais trata como: *pronomes pessoais prototípicos* (primeira e segunda pessoa) e *proformas* (os demais pronomes). Segundo Bhat (2004), além da condição de participante do discurso (falante / ouvinte), há outros elementos que distinguiriam os pronomes pessoais das proformas, tais como papel temático e caso. Entretanto, observar o caso morfológico em pronomes é um critério delicado, pois ao considerá-lo associa-se a distribuição de um dado elemento à sua forma e esse comportamento não parece ser universal, como pode-se observar em (2).

- (2)
- a. Pedro educou **ela**. (acusativo)
 - b. Maria viajou mais **eu**. (ablativo)
 - c. Aqueles doces são de **vocês**. (genitivo)
 - d. A professora entregou o livro pra **gente**. (dativo)

Os dados possibilitam compreensão de que os pronomes tradicionalmente nominativos podem ocorrer em outras posições sintáticas, evidenciando que a gramaticalidade dessas sentenças não está relacionada exclusivamente à sua morfossintaxe. Portanto, o sincretismo das formas tradicionalmente assumidas como nominativas demonstra que a leitura de pronome como primitivo não é satisfatória.

De acordo com os postulados do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), pronomes são definidos como unidades referenciais nas quais se encontram um conjunto de traços- ϕ , a saber, traços formais de *pessoa*, *gênero* e *número*. Porém, no decorrer das últimas décadas, estudiosos como Cardinaletti e Starke (1999), Déchaine e Wiltschko, (2002), Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003), Carvalho (2008, 2012), Marcotulio (2010, 2017) mostram que há problemas com a concepção de pronome como elemento primitivo.

Outro problema identificado pelos autores supracitados diz respeito à natureza dos traços- ϕ , isto é, “[...] aqueles envolvidos em concordância³ de predicado-argumento, tipicamente pessoa, número e gênero” (HARBOUR et al., 2008, p. 2). Argumenta-se,

³ Concordância é compreendida como uma relação puramente sintática envolvendo *match* (identidade de traço) e *value* (valoração de traços) (CHOMSKY, 2000, 2001a, 2001b).

nesse sentido, que pessoa, gênero e número sejam rótulos categoriais nos quais estejam contidos hierarquicamente traços formais mais primitivos, como sugerem os dados em (3).

- (3) a. As_{pl} menina_{sg} é_{sg} bonita_{sg}.⁴
b. A gente_{1p} adora_{3p} nossa_{1p} casa.
c. Praia_{fem} é ótimo_{masc}.

De acordo com o modelo de concordância proposto por Chomsky (2000, 2001a, 2001b) no qual é obrigatória a identidade de traços da *sonda* e do *alvo* para convergência da sentença, as construções em (3) deveriam ser agramaticais, já que *match* não é satisfeito. Em (3a), há identidade dos traços de gênero e de pessoa, mas não de número; em (3b), há identidade dos traços de gênero e de número, mas não de pessoa⁵; e em (3c), há identidade de traços de pessoa e de número, mas não de gênero. Se os traços-φ fossem um rótulo do qual convergem simultaneamente traços de pessoa, gênero e número, refletidos em sua morfossintaxe, como explicar que as sentenças em (3) são produtivas em português brasileiro (PB)?

Tendo em vista que na arquitetura da linguagem apresentada no modelo minimalista, a sintaxe manipula exclusivamente elementos primitivos, traços, a partir dos quais se constituem sequências terminais de um indicador sintagmático no curso da derivação, as operações *merge*, *move* e *Agree* lidam apenas com traços selecionados do léxico pré-sintático. Sob esse viés, Chomsky (1995) argumenta que o léxico é o nível linguístico no qual se encontram as informações detalhadas sobre as palavras de determinada língua, sendo, por sua vez, o repositório de todas as propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas dos itens lexicais. Complementarmente, para Pustejovsky (2016), o léxico é o componente da gramática que codifica tanto a informação requerida para composição na sintaxe, quanto o conhecimento para níveis múltiplos e tipos de interpretação semântica.

Em uma Teoria de Traços (BÉJAR, 2003; HARBOUR et al., 2008; CARVALHO, 2008, 2018), a natureza de um dado item lexical é estabelecida pela organização hierárquica de traços formais selecionados em um léxico no qual operações não estão previstas, mas cuja referência deriva da composição dos traços que as constituem. Em

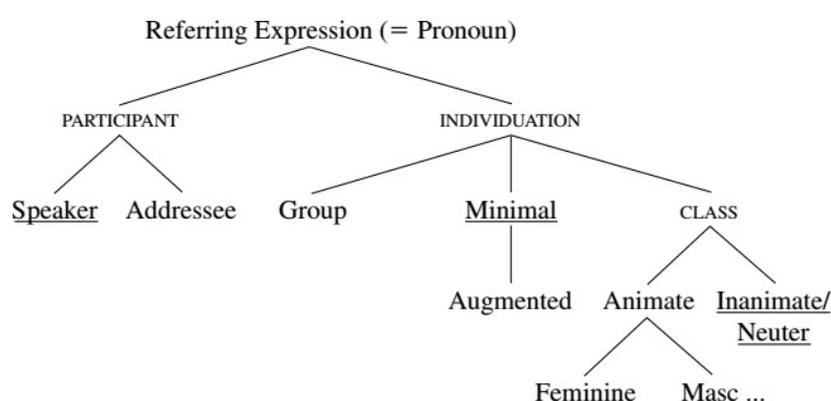
⁴ 1p = primeira pessoa; 2p = segunda pessoa; 3p = terceira pessoa; sg = singular; pl= plural; fem = feminino; masc = masculino.

⁵ Como o objetivo da discussão dos dados em (2) é demonstrar que é possível a ocorrência de concordância sem identidade total de traços-φ (BÉJAR, 2003), optamos pela relação de concordância da forma *a gente* de primeira pessoa com seu reflexo verbal de terceira pessoa na qual este aspecto é mais evidente.

vista disso, assumo com Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003, 2008) e Carvalho (2008, 2018) que a distribuição e a referência de nominais resultam de sua geometria de traços.

Partindo da premissa de que $[\varphi]$ não seja um conjunto cristalizado de traços formais, Harley e Ritter (2002) propõem uma geometria de traços oriunda da formalização de certas categorias cognitivas (como pessoa e individuação) para composição de pronomes, em (4).

(4) Geometria de traços



(HARLEY; RITTER, 2002, p. 486)

No entanto, Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003) apontam para a existência de mais traços na geometria proposta por Harley e Ritter (2002). Segundo Cowper e Hall (2002), categorias semânticas, estabelecidas pragmaticamente, como definitude e especificidade, teriam se formalizado e, posteriormente, sido levadas a compor a geometria de traços pronominais, com vistas a contemplar outros aspectos não capturados na hierarquia acima. Já Béjar (2003), propõe a existência de um novo traço, a saber, $[\pi]$, intermediando a raiz ao nó $[Participant]$, pois a subespecificação total dos traços de terceira pessoa pode ocorrer ou não e, sem a presença de $[\pi]$, não seria possível o estabelecimento de tais condições.

Mediante ao exposto, questiona-se o que viabiliza a composição de um pronome pessoal cuja categoria tradicionalmente correspondente à pessoa, *participante*, está disponível em seu inventário, mas não é acionada. Conforme trabalhos recentes, como Cerqueira e Carvalho (2018a), Cerqueira (2019a), Cerqueira (2019b), tal condição sugere que haja algo além da categoria pessoa para codificação dos pronomes pessoais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

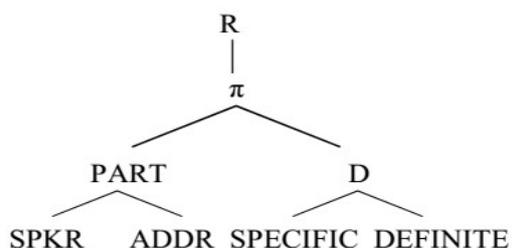
Para atender ao objetivo do trabalho, adoto o referencial teórico da Teoria da Gramática Gerativa, aos moldes do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), cujo método hipotético-dedutivo consiste na observação de dados linguísticos, com intuito de atestar ou refutar hipóteses. Dito isso, os dados utilizados são de introspecção, pois o falante nativo de qualquer língua humana é competente em sua Língua-I, sistema da mente/cérebro do falante nativo que lhe possibilita conhecer sua língua materna (CHOMSKY, 1986), sendo, conseqüentemente, capaz de realizar julgamentos de gramaticalidade e de aceitabilidade.

3 GEOMETRIA DE TRAÇOS DOS PRONOMES PESSOAIS

Considerando que na arquitetura da linguagem, prevista no Programa Minimalista, o léxico é um módulo em diálogo tanto com a interface Conceitual-Intencional, quanto com fatores orgânicos externos, relacionados com a faculdade da linguagem, como o módulo da memória (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p.1571), é possível que alguns elementos pragmáticos tenham se gramaticalizado como traços formais, no momento em que interferem na distribuição de um dado nominal, como propõem Cowper e Hall (2002), Schülte (2003) e Gruber (2013).

Com base em reflexões dessa ordem, Carvalho (2008) propõe uma geometria de traços de pessoa, baseada na proposta de Harley e Hitter (2002). Todavia, o autor além de inserir, com base em Béjar (2003), o traço $[\pi]$, também adota em sua geometria, com base em Cowper e Hall (2002), o traço determinante, [D], responsável por codificar as informações nominais presentes no pronome, apresentada em (5).

(5) Geometria de traços de pessoa



(CARVALHO, 2008, p. 82)

Nessa direção, Carvalho (2008) propõe que o traço [D], proposto por Chomsky (1995), equivalente ao antigo traço EPP (CHOMSKY, 1995), seja o traço responsável pela codificação de DPs, à medida que é uma característica de sintagmas determinantes em geral, assim,

[[D] é o] traço corresponde ao traço [N] e caracteriza nominais. A presença deste traço caracteriza o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores (DÉCHÂINE; WILTSCHKO, 2002). Este traço também domina a projeção que compreende traços como [DEFINITE] e [SPECIFIC] (CARVALHO, 2008, p. 80).

Portanto, o traço [D], inerente às expressões nominais, aos pronomes e às anáforas (CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995), parece tanto ser um requerimento sintático para a distribuição de DPs, quanto de sua contraparte léxico-semântica.

Outrossim, uma vez que, em sua primeira versão, a geometria de traços de nomes (HARLEY; RITTER, 2002) é composta por um nó raiz chamado de *Expressão Referencial* do qual são acarretados⁶ os traços de pessoa, representado aqui pelo nó [π], e [*Individuation*], consideramos que a referência de um pronome não é designada apenas por [*Participant*], mas por todo o nó [π] (BÉJAR, 2003). Por sua vez, os traços de [*Definite*] e [*Specific*], os quais acarretam [D] (CARVALHO, 2008), bem como todos os traços que acarretam [*Individuation*], a saber, número e classe (gênero e animacidade) também são tratados como parte da referência pronominal, pois são tanto aspectos capazes de garantir a identificação do referente, quanto podem atuar na distribuição do nominal em questão a depender do fenômeno (CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b; CERQUEIRA, 2019a, 2019b).

No entanto, é importante apreciar como a composição desses traços impacta na categoria dos pronomes pessoais, dado que, nos termos aqui propostos, os nós [*Participant*] e [D] são os responsáveis pela codificação da categoria pessoa, expressa pelo nó [π]. Logo, faz-se necessário discutir a composição destes traços com vista a identificar como sua composição contribui para a compreensão da categoria dos pronomes pessoais.

⁶ Segundo Carvalho (2008, p. 58), “[d]ados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A”.

3.1 Rediscutindo a categoria pessoa: Participante

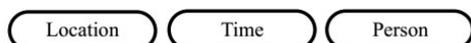
O nó [*Participant*] responsável pela categoria *pessoa*, segundo Harley e Ritter (2002), é um elemento fortemente explorado, por Gruber (2013). A autora defende que a noção de pessoa seja estabelecida com base na hierarquização dos traços de *localização* e *tempo*, em oposição à proposta de Fillmore (1997), na qual *pessoa*, *tempo* e *localização* não estão em relação hierárquica.

Gruber (2013) argumenta que a noção de pessoa está situada em duas categorias como centros-dêiticos do contexto discursivo, a saber, *tempo* e *localização*. Segundo ela, embora Fillmore proponha a existência de dêixis pessoal, dêixis espacial e dêixis temporal, é possível que haja uma relação hierárquica entre essas dêixis. Conforme Fillmore (1997),

[...] (1) a identidade dos interlocutores na situação comunicativa diz respeito ao termo dêixis de pessoa; (2) o lugar ou lugares no qual esses indivíduos estão localizados, para qual temos o termo dêixis de espaço; (3) o tempo no qual o ato comunicativo realiza-se [...] está sob o rótulo de dêixis de tempo [...] (op cit., p. 61, tradução nossa⁷).

Nesse sentido, Gruber (2013) parte da proposta de Fillmore, em (6), na qual *pessoa*, *tempo* e *espaço* equivalem a componentes atômicos primitivos, mas propõe que a categoria *pessoa* é decorrente da relação entre as categorias de *tempo* e *espaço*, em (7), pois “[...] PESSOA não é definida apenas pelos participantes da conversação, mas, ao invés disso, esses participantes são definidos por onde estão situados no contexto da conversação [...]” (GRUBER, 2013, p. 19, tradução nossa⁸). Ou seja, a autora apresenta uma proposta capaz de definir os participantes da enunciação a partir da sua localização temporal e espacial, em outras palavras, por quem assume o turno de fala onde e quando o faz.

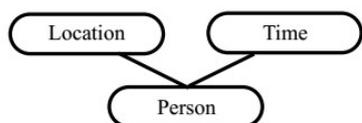
(6) Proposta de Fillmore (1997, p. 235)



⁷ No original: “[. . .] (1) the identity of the interlocutors in a communication situation, covered by the term person deixis; (2) the place or places in which these individuals are located, for which we have the term place deixis; (3) the time at which the communication act takes place [. . .] under the heading of time deixis [. . .] (FILLMORE, 1997, p. 61)”

⁸ No original: “[...] PERSON is not just defined by the participants of the conversation, but rather that these participants are defined by where within the conversation context they are situated [...]” (GRUBER, 2013, p. 19).

(7) Proposta de Gruber (2013, p. 2)



Em uma perspectiva minimalista, por sua vez, Gruber (2013, p. 10-11) define *pessoa* como parte dos traços- ϕ , situando, deste modo, a problemática em torno da natureza do traço de *pessoa*, visto que este é um traço tanto formal, por afetar o comportamento gramatical do fenômeno, quanto o semântico, por apresentar “impacto para a semântica da sentença”. Para sanar a questão, a autora assume, com Zeijlstra (2011), a existência de intersecção de traços, possibilitando que o traço de *pessoa* seja tanto formal, quanto semântico, mas não discute como seria regulada essa intersecção.

No entanto, no que concerne à natureza do traço da categoria *pessoa*, assumo, com Harbour, Adger e Béjar (2008), que os traços- ϕ sejam formais por interferirem na distribuição sintática dos pronomes, o que não impede que eles sejam lidos nas interfaces, após *Spell-out*. De acordo com Frampton e Gutmann (2000), ao invés da deleção dos traços formais, após sua valoração, como propõe Chomsky (1995 e posteriores), esses traços formais entram em estado de inércia, podendo ser lidos nas interfaces, após a derivação.

Segundo Gruber, “[...] PESSOA é uma categoria dêitica e, como tal, inclui apenas participantes dos atos de fala, falante e ouvinte; um não participante, por definição, não pode ser parte de um contexto discursivo” (GRUBER, 2013, p. 9, tradução nossa⁹). A autora argumenta, ainda, que *pessoa* é uma categoria gramatical e a categoria gramatical *pessoa* vai além de primeira e segunda pessoa e se estende à terceira pessoa, a qual, além disso, trata-se de uma categoria universal presente em todas as línguas (cf. FORCHHEIMER, 1953; GREENBERG, 1963; SIEWIERSKA, 2004) representada tanto por uma forma pronominal, quanto pela desinência verbal.

Todavia, essa noção de *pessoa* parece atender exclusivamente aos pronomes de primeira e segunda pessoa, tendo em vista que se a terceira pessoa não é estabelecida no decorrer da enunciação, não há como mapear sua composição através de uma concepção de *pessoa* em que, mesmo estabelecida a partir de tempo e de espaço, restringe-se aos participantes diretos na elocução. Isto é, se *pessoa*, nos termos de Gruber (2013), é

⁹ No original: “PERSON is a deictic category and as such includes only the speech act participants, speaker and hearer; a nonparticipant, per definition, cannot be part of the utterance context” (GRUBER, 2013, p. 9).

definida por quem assume o turno de fala, em determinado tempo e em determinado espaço, e a terceira pessoa nunca assume o turno de fala, independentemente, do tempo e do espaço, a proposta da autora para pessoa, na prática, aplica-se exclusivamente à [*Participant*] excluindo, por sua vez, a terceira pessoa.

Em vista disso, a codificação de terceira pessoa deve ser estabelecida por outro elemento, o qual trataremos aqui como *determinação*, a contraparte léxico-semântica do traço [*D*]. Logo, proponho, com base em Gruber (2013), que participante é a propriedade de estabelecer o falante e o ouvinte considerando quem assume o turno de fala em determinado tempo e em determinada localização.

3.2 Rediscutindo a categoria pessoa: Determinação

Em face ao exposto, assumimos com Béjar (2003) que há uma relação de irmandade entre os nós [π] (Pessoa) e [*Individuation*] e argumentamos em função de que o traço [*D*], proposto por Carvalho (2008), a partir de Cowper e Hall (2002), seja não só um equivalente ao traço EPP¹⁰ (CHOMSKY, 1981, 1995), mas um rótulo categorial responsável pela *determinação nominal*¹¹, acarretado pelos traços de [*Definite*] e [*Specific*]. Com efeito, assumimos com Carvalho e Cerqueira (2018a) e Cerqueira (2019a, 2019b) que tais propriedades estruturais e referenciais sejam categorizadas como determinação nominal.

Nessa ótica, a determinação nominal é uma propriedade das línguas humanas, própria de determinantes, pois “[...] a determinação está predominantemente associada à função referencial, isto é, à introdução (ou à retomada anafórica) de entidades [...]” (MÓIA, 2016, p. 313). Logo, os determinantes possuem características próprias não só sintáticas, como também semânticas. Assim, Abraham, Stark e Leiss (2007) propõem que

¹⁰ “Chomsky (1998) associa um traço comum que é compartilhado por C, T e D: traço EPP (ou, simplesmente, traço D). Este traço tem a tarefa de atrair uma expressão nominal ao núcleo que contém este traço, que deve estar na posição de especificador de seu núcleo ou adjungido a ele” (CARVALHO, 2008, p. 22).

¹¹ Acerca do nível semântico, “[...] a determinação está predominantemente associada à função referencial, isto é, à introdução (ou à retomada anafórica) de entidades no universo de discurso [...]” (MÓIA, 2016, p. 313). Do ponto de vista sintático, a determinação nominal é o caminho para obtenção de informação referencial sobre o nominal predicado. Determinação, segundo Abraham et al. (2007, p. 2), pode ser vista como a marcação explícita de nominais em ordem para fornecer informações sobre a forma como o predicado nominal deve ser mapeado em diferentes tipos (escolha de conjuntos bem como texto) de referência (no sentido de Seiler (1978) ‘noção de percepção de realidade’). [Logo], outras características tais como estatuto temático ou definitude/especificidade em contextos definidos e indefinidos podem entrar em jogo de maneira adequada ou exclusiva”.

determinação [...] pode ser vista como a marcação explícita de nominais para fornecer informações sobre a forma como o predicado nominal deve ser mapeado em diferentes tipos (escolha de conjuntos bem como texto) de referência (no sentido de Seiler (1978) ‘noção de percepção de realidade’” (op cit., 2007, p. 2, tradução nossa¹²).

Conseqüentemente, “outras características tais como estatuto temático ou definitude/especificidade em contextos definidos e indefinidos podem entrar em jogo de maneira adequada ou exclusiva” (ABRAHAM et al., 2007, p. 2¹³). Por isso, a determinação nominal é estabelecida na medida em que um DP, apresenta as leituras de definitude e/ou especificidade. Entretanto, ainda que a determinação nominal seja um fenômeno universal, sua manifestação varia nas línguas humanas, de modo que os possíveis comportamentos morfológicos podem ou não refletir padrões sintáticos, como argumenta Correia (2000),

[...] línguas como o português, o francês, o italiano e o inglês utilizam diferentes classes de determinantes (artigos definidos, indefinidos, determinantes nulos, partitivo, numerais, possessivos, demonstrativos ...) como marcas de determinação nominal. As línguas sem artigo, como o japonês, o coreano ou o mandarim, evidenciam a determinação nominal através de classificadores, ou através da ordem das palavras, ou, ainda, através de processos morfológicos como a sufixação ou a prefixação” (CORREIA, 2000, p. 328).

Uma vez que apenas os pronomes de primeira e segunda pessoa podem ser codificados pelo nó [*Participant*], já que são estabelecidos por quem assume o turno de fala em certo tempo e em certo espaço, a necessidade de codificar os pronomes de terceira pessoa, assim como demais sintagmas nominais, levou autores como Cowper e Hall (2002) e Carvalho (2008) a propor a existência de um traço [*D*], a partir do qual é possível estabelecer a relação desses nominais com a categoria pessoa.

Para os autores supracitados, a presença do traço [*D*], na notação de traços de um nominal aciona, no nível sintático, o movimento de sujeito e, no nível léxico-semântico, a determinação, ato de referir entidades a partir de expressões linguísticas. Sendo assim, mesmo tendo o nó [*Participant*] subespecificado, os pronomes de terceira pessoa não seriam subespecificados em [π], visto que podem ser especificados em [*D*], o qual está em relação de irmandade com [*Participant*].

¹² No original: “[d]etermination [...] can be seen as the explicit marking of nominals in order to provide information about the way the nominal predicate is to be mapped onto different sorts of (choices of sets of as well as text) referents (in the sense of Seiler’s (1978) notion of ‘perception of reality’)” (ABRAHAM et al., 2007, p. 2)

¹³ No original: “[...] [o]ther characteristics such as thematic or definite/specific status in definite and indefinite contexts may come into play as well or exclusively” (ABRAHAM et al., 2007, p. 2).

Nessa ótica, *determinação*, a contraparte semântica de [D], é tão responsável pela codificação da categoria pessoa, quanto participante. Logo, a categoria pessoa é constituída pelos traços dominados pelos nós [Participant], a saber, [Speaker] e [Addressee], e [D], a saber, [Definite] e [Specific], cuja contraparte léxico-semântica é a determinação nominal. Ou seja, diante da discussão aqui estabelecida, todos os nominais e determinantes, inclusive os pronomes, são codificados, em pessoa, em [π], por meio dos nós [Participant] e [D]. Contudo, apenas os pronomes pessoais prototípicos, primeira e segunda pessoa, independentemente de sua morfologia, acionam o nó [Participant], ao passo que, por sua vez, os pronomes de terceira pessoa e os demais nominais, não o fazem.

Portanto, essa discussão a respeito da composição de traços dos pronomes mostra-se um caminho possível para a compreensão do estatuto da categoria pessoa, especialmente, no que tange aos pronomes pessoais, pois ainda que a terceira pessoa, a “não pessoa”, nunca apresente em sua notação de traços o nó [Participant], já que nunca é estabelecida por turno de fala, tende a ser codificada pelo nó [D], haja vista que, exceto os expletivos, é sempre definida e/ou específica, dada as leituras de identificabilidade e particularidade, respectivamente, conforme apontam os trabalhos de Cerqueira e Carvalho (2018a) e Cerqueira (2019a, 2019b).

4 SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS DO PB

Nessa ótica, as leituras identificável e única/particular representam efeitos semânticos de *determinação nominal* e não de definitude, como assume-se tradicionalmente. A assunção de que a leitura identificável é efeito de *definitude* (HERTZENBERG, 2015) e de que a leitura única/particular é efeito de *especificidade* (PARTEE, 2004) contribui para avaliação do grau de determinação de um nominal, uma vez que definitude e especificidade estão subordinadas à determinação. Em consequência, possibilitando a codificação dos pares [+definido, +específico], [-definido, +específico], [+definido, -específico] e [-definido, -específico] em um contínuo de determinação.

No modelo da geometria de traços, proposto por Cowper e Hall (2002), o traço [Definite] domina os traços [Deictic] e [Distal] os quais seriam responsáveis, respectivamente, pela leitura ostensiva¹⁴ e pela leitura partitiva de um nominal. O traço [Deictic], para os autores, é responsável por codificar informações do centro dêitico, de

¹⁴ Conforme Evans (1990), Heim e Kratzer (1998), Oliveira (2001) e Recanati (2005), ostensão é a leitura própria de elementos dêiticos, cuja referência é externa ao escopo sentencial.

modo que o referente não precise estar presente no discurso, pois pode ser apontado pelo determinante dêitico, sendo, um efeito de definitude. Por isso, nos termos apresentados pelos autores, o traço [dêitico] está presente na notação de nominais cuja referência implique em leitura ostensiva, como em (8).

- (8) a. João_a disse que **ele**_b saiu cedo.
b. **Eles** adoram fingir que gostam dos pobres em época de eleição. (os políticos)

Em (8), os pronomes de terceira pessoa apresentam o traço [*Deictic*] em sua notação, resultando em leitura dêitica e, conseqüentemente, definida. Para Oliveira (2001), no DP cuja leitura é ostensiva, é apontado no discurso, como ocorre em (8). Assim, a propriedade dêitica do pronome de terceira pessoa, em (8), resulta da presença do traço [*Deictic*], em sua composição.

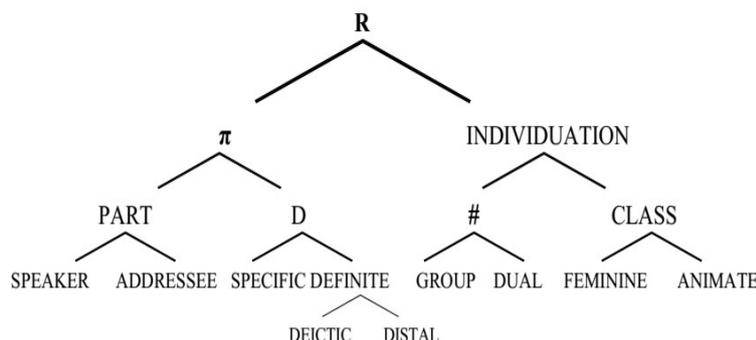
Já o traço [*Distal*] é o traço acionado para designar distância na notação do nominal. Cowper e Hall (2002) o definem a partir da relação com o traço [*Deictic*], e sua presença distância do centro dêitico. Em outras palavras, o traço [*Distal*] tanto pode ocorrer sozinho na geometria, como em (9a), quanto pode ocorrer em irmandade com o traço [*Deictic*], como em (9b). Dado ao seu caráter espacial, o traço [*Distal*] está presente, sobretudo, nos pronomes demonstrativos ou em nominais partitivos.

- (9) a. Esse aluno não estava entre **eles**. (os alunos bagunceiros)
b. **Isso** deve ficar na biblioteca. (o grampeador)

Em (9a), o pronome pessoal de terceira pessoa assume a leitura partitiva devido a presença do traço [*Distal*], o qual parece ser acionado pela relação com os traços da preposição, resultando na leitura de que apenas a parte em questão dos alunos estava fazendo bagunça. Em (9b), o pronome demonstrativo neutro apresenta os traços [*Deictic*] e [*Distal*], dado que além da leitura de distância, própria dos demonstrativos, o pronome possui referente externo ao escopo da sentença, comportando-se como uma dêixis.

Ademais, a possibilidade de o traço [*Distal*] entrar na composição do pronome pleno de terceira pessoa pode estar relacionada à origem histórica desse pronome, pois se o pronome *ele* originou-se a partir do pronome demonstrativo *ille* (ALI, 1966; COUTINHO, 1976; GIUSTI, 1998), na passagem do latim vulgar para o português, esse traço pode ter sido preservado. Logo, Cerqueira (2019a) defende a inclusão desses traços na composição da referência pronominal, a qual se reflete na geometria abaixo

(10) Geometria de traços dos pronomes pessoas em PB



(CERQUEIRA, 2019a, p. 107)

Sob esse prisma, os pronomes pessoais prototípicos seriam codificados pelos nós acarretados por $[\pi]$, podendo ou não, ter o traço $[D]$, subespecificado. Por outro lado, os pronomes de terceira pessoa teriam sempre notação com subespecificação do nó $[Participant]$, de modo que, salvo em caso de expletivos, $[Definite]$ e/ou $[Specific]$ acarretariam, obrigatoriamente, o nó $[D]$.

Destarte, a expressão referencial apresentada aqui trata-se de um rótulo nominal cuja composição é dada por traços formais acarretados pelos nós $[\pi]$ e $[Individuation]$ e que, do ponto de vista semântico, “[...] pressupõe a referência de alguma coisa e cuja pressuposição deve ser verdadeira para a sentença ser verdadeira ou falsa” (HERTZENBERG, 2015, p. 22), ou seja, a expressão referencial reflete tanto uma geometria de traços a qual representa tanto a distribuição de um DP, conforme sua derivação, quanto a sua interpretação desse nominal na interface C-I. Logo, a expressão referencial seria o *locus* de referencialidade dos nominais, contendo as expressões definidas e indefinidas, compostas, dentro dessa ótica, por Pessoa (Participante e Determinação) e Individuação (Número, Grau e Classe). Portanto, a determinação nominal seria uma propriedade das línguas humanas estabelecida tanto no nível sintático, quanto semântico.

Conforme o exposto, propomos que há níveis de determinação nominal, conforme expressos no **Quadro I** - Grau de determinação pronominal, a partir do qual, os pronomes pessoais prototípicos, primeira e segunda pessoa, seriam os casos em que haveria maior determinação. Já os pronomes expletivos, cuja forma é sempre uma terceira pessoa (FORCHHEIMER, 1953), seriam os casos de nenhuma determinação.

QUADRO I – Quadro adaptado de Cerqueira (2019, p. 112)

GRAU DE DETERMINAÇÃO PRONOMINAL					
PRONOMES PESSOAIS PROTOTÍPICOS	PROFORMAS DE TERCEIRA PESSOA				EXPLETIVOS
	← +			- →	
1ª e 2ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa	3ª pessoa
Determinadas (+definido / +específico)	Determinada (+definido / +específico)	Demonstrativo / Distal (+definido / +específico)	Indefinida (-definido / +específico)	Indeterminada / Dêitica (+definido / -específico)	Expletivo / Arbitrária (-definido / -específico)
A gente comeu doces. / Você irá a São Paulo.	Ela saiu agora.	Nossa história é monstruosa, deixou consequências monstruosas e uma delas é a insensibilidade nas pessoas.	Estava com uma amiga e ela desmaiou no shopping.	Cota é só o começo, eles nos devem até a alma.	? Ele chove.

Entre os dois extremos, há níveis intermediários de determinação nominal considerando a presença dos traços [*Definite*] e [*Specific*]. Nessa ótica, um pronome tem sua natureza pessoal conferida não só por sua participação na enunciação, mas também pela determinação pronominal, à medida que a terceira pessoa, mesmo sem ser marcada na elocução, não apresentaria subespecificação da categoria pessoa, dada a exigência quase obrigatória de pelo menos um dos traços acarretados por [*D*], o qual, sintaticamente, teria o mesmo estatuto do antigo traço EPP e, semanticamente, representa a leitura de determinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foram apresentadas reflexões de ordem léxico-semânticas a respeito da categoria dos pronomes pessoais do PB. Tal exercício apresentou-se como possibilidade para compreensão da categoria pessoa.

Para tanto, foram observou-se o comportamento de pronomes pessoais prototípicos e da proforma de terceira pessoa, cujas notações expressam sempre os traços [*Definite*] e/ou [*Specific*], decorrente de leituras de identificabilidade e particularidade, respectivamente. De certo, esse comportamento aponta para a possibilidade de que a categoria *pessoa* seja codificada por algo além do turno de fala na enunciação (BENVENISTE, 1966).

Diante disso, com base na Teoria-φ (HARBOUR et al., 2008), assumo que a categoria *pessoa* é composta por traços mais atômicos, dentre os quais estão os traços de

[*Definite*] e [*Specific*] (CARVALHO, 2008, 2018; CERQUEIRA, 2015a, 2015b; 2017; CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b).

Com efeito, a geometria de traços apresentada assegura a composição de diferentes leituras dos pronomes em PB, dentre as quais leituras arbitrária e determinada, em caso de primeira e de segunda, e demonstrativa, determinada, indefinida, indeterminada, em caso de terceira pessoa, como consequência, dos traços [*Distal*] e [*Deictic*], incorporados à composição de tais pronomes (CERQUEIRA, 2019a, 2019b).

Ademais, foram apresentadas novas concepções para os nós [*Participant*], como traço capaz de codificar os envolvidos na enunciação a partir do tempo e espaço da locução (GRUBER, 2013) e [*D*], correspondente à determinação nominal (CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b; CERQUEIRA, 2019a), contraparte semântica de [EPP], acarretada pelos traços [*Definite*] e [*Specific*], decorrentes, por sua vez, de leituras identificável (HERTEZENBERG, 2015) e particular (PARTEE, 1972, 2004), respectivamente.

Todavia, a presente proposta ainda carece de testes verificando o comportamento léxico-sintático de outras línguas humanas, a fim de verificar a possibilidade de adequação explicativa em esfera universal.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, W.; STARK, E.; LEISS, E. Introduction. In: STARK, E.; LEISS, E.; ABRAHAM, W. (Eds.). **Nominal Determination: Typology, context constraints, and historical emergence**. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2007, p. 1-21.

ALI, M. S. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**, 6ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1966.

BÉJAR, S. **Phi-syntax: a theory of agreement**, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Toronto, Ontário.

_____. **Conditions on phi-agree**. In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (Orgs.). **Phi Theory: Phi-Features across modules and interfaces**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 130-154.

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Nacional, 1976 [1976]. p. 277-283.

BHAT, D. N. S. **Pronouns: Oxford studies in typology and Linguistic Theory**. New York: Oxford University Press, 2004.

_____. Third Person Pronouns and Demonstratives. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (Eds.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York, 1938, p.225-226.

BOAS, F. **Handbook of American Indian Languages**, vol. 1, Washington, 1911, p. 39-40.

CÂMARA JR. J. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.). **Clitics in the language of Europe**. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999, p. 41-109.

CARVALHO, D. S. **A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**, 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas.

_____. Traços. In: FERRARI NETO, J.; SILVA, C.R.T.. (Orgs.). **Programa Minimalista em Foco: princípios e debates**. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2012, v. 1, p. 113-132.

CARVALHO, D. S. Aspectos da morfossintaxe dos impostores em português brasileiro. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. **Pronomes: morfossintaxe e semântica**. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 131-157.

CERQUEIRA, F. O. **A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro**, 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA, 2015a.

_____. **Reflexos semânticos na sintaxe de terceira pessoa**. Letrônica – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v.8, n.2, p. 422-437, jul./dez., 2015b.

_____. Arbitrariedade em terceira pessoa. In: CARVALHO, D. S. (Org.). **Traços-phi: contribuições para a compreensão da gramática do português**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 169-188.

CERQUEIRA, F. O. **O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura interna e relações referenciais**. 152f. Doutorado em Linguística – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019a.

CERQUEIRA, F. O. A arbitrariedade de terceira pessoa no português brasileiro. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A.M.; PEREIRA, S. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Filológicos oferecidos a Ivo Castro**, Lisboa: Editora ULisboa, no prelo, 2019b.

_____.; CARVALHO, D.S. O comportamento sintático-semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro. **Revista da ANPOLL**, n.46, v.1, p. 83-111, Florianópolis, 2018a.

_____.; CARVALHO, D.S. A natureza do pronome pleno de terceira pessoa. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. (Eds.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1ed. Vitória da Conquista: Pipa Comunicação, 2018b, v.1, p. 1051-1062.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

- _____. **Conhecimento da língua**: sua natureza, origem e uso. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1986.
- _____. **Programa Minimalista**. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.
- _____. Minimalist inquiries: The framework. In MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. **Step by Step**: Minimalist Essays in Honor of Howard Lasnik. Cambridge, Ma.: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- _____. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M.; HALE, K. (Orgs). **A life in Language**. Cambridge, Ma.: MIT Press, 2001a.
- _____. **Beyond explanatory adequacy**. MITOPL 20. Cambridge, Mass.: MITWPL, 2001b.
- _____. LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: **Syntax**: an international handbook of contemporary research. von STECHOW, J. J. A., STERNEFELD, W.; VENNEMANN, T. (Eds.). Berlin: De Gruyter, 1993, p. 506-569.
- CORREIA, C. N. Determinação Nominal. In: **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa: Edições Colibri, 2000, n.13, p. 327-338.
- COUTINHO, I. L. **Pontos da gramática histórica**. 3ª ed. rev. Editora Ao Livro Técnico: Rio de Janeiro, 1976.
- COWPER, E.; HALL, D. C. **The syntactic manifestation of nominal feature geometry**. In: Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association. Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, 2001, p. 55-66.
- DÉCHAINED, R. M; WITSCHKO, M. **Decomposing Pronouns**. Linguistic Inquiry, 2002, v. 33, n.3. p. 409-442.
- DIXON, R. M. W. **The Dyirbal Language of North Queensland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. **A Grammar of Yidiny**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- FILLMORE, C. J. **Lectures on deixis**. Stanford: CSLI Publications, 1997.
- FORCHHEIMER, P. **The category of person in language**. Berlin: Walter de Gruyter, 1953.
- GIUSTI, G. The rise a foundation category form Latim ILLE to the Romance article and personal pronoun. **Working Papers in Linguistic**, v.8, n.2, 1998, p. 53-71.
- GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to ther order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.). **Universals of language**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1963.
- GRUBER, B. **The spatiotemporal dimensions of person**: a morphosyntactic account of indexical pronouns, 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Utrecht University, UiL-OTS.
- HARBOUR, D.; ADGER, D; BEJAR, S. **Conditions on phi-agree**. New York: Oxford University Press, 2008.

HARLEY, H.; RITTER, E. **Person and number in pronouns**: a feature-geometric analysis. *Language*, 2002, v. 78. p. 482-526.

HAUSER, M D; CHOMSKY, N.; FITCH, W. Tecumesh. **The faculty of language**: what is it, what has it, and how did it evolve?. *Science*, 2002, p. 1569-1579.

HERTEZENBERG, M. J. B. **Third Person Reference in Late Latin**: demonstratives, definite articles, and personal pronouns in the *Itinerarium Egeriae*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. De Gruyter Mouton: Berlin/Boston, 2015.

MARCOTULIO, L. **Vossa mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português**, 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Sobre composicionalidade pronominal das formas de tratamento na história do português. In: CARVALHO, D (org.). **Traços-phi**: contribuições para a compreensão da gramática do português. EDUFBA: Salvador, 2017, p. 87-108.

MÓIA, T. Semântica e Pragmática. In: MARTINS, A. M.; CARRILLO, E (eds.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016. p. 308-335.

MONTEIRO, J. L. **Pronomes Pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

PARKER, E. **Mundani Pronouns**. In: WEISEMANN, U. (eds.). 1986, p. 131-165.

PARTEE, B. Opacity, coreference, and pronouns. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (eds.). **Word and Objections: Essays on the work of W. V. Quine**. Dordrecht: Reidel, 1972, p. 415-441.

_____. Opacity, coreference, and pronouns. In: PARTEE, B (ed.). **Compositionality in Formal Semantics**. Malden: Blackwell, 2004, p. 26-49.

PUSTEJOVSKY, J. Lexical Semantics. In: ALONI, M; DEKKER, P. (Orgs.). **The Cambridge Handbook of Formal Semantics**, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SCHULTE, K. Pragmatic relevance as cause for syntactic change: The emergence of prepositional complementizers in Romance. In: BLAKE Barry; BURRIDGE, Kate. **Historical Linguistics**. J. Benjamins: Amsterdam, 2003, p. 378 – 394.

SHOWALTER, P; OTANES, Fe. T. **Tagalog Reference Grammar**. Berkeley: University of California Press, 1986.

SIEWIERSKA, A. **Person**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZEIJLSTRA, H. **Interpreting interpretable features**. Ms. University of Amsterdam, 2011.